

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO HOSPITAL SÃO JOÃO
BATISTA DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA – RJ**

**Processo Licitatório: VR-02.051-00008042/2025 SAH/HSJB
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90082/2025**

**Recurso contra habilitação da licitante PC PLANEJADOS CRUZEIRO
LTDA**

REAL VR COMERCIO & FABRICAÇÃO DE MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 07.644.243/0001-01, estabelecida na Rodovia dos Metalúrgicos nº112 - São Geraldo - Volta Redonda - Rio de Janeiro - CEP:27.253-003, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. Altemar Silva de Oliveira, portador da Carteira de Identidade nº 084513423 IFP/RJ e do CPF nº 005.635.547-54, vem, com fundamento no art. 165 da Lei 14.133/2021, apresentar o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que habilitou a empresa **PC Planejados Cruzeiro Ltda**, pelos motivos a seguir expostos:

1. DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 11.3.2 DO EDITAL

O edital exige a apresentação do **Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais**, devidamente **registrados na Junta Comercial**, com termo de abertura e encerramento.

A empresa concorrente apresentou balanços referentes a 2023 e 2024, mas:

- **Não possuem termo de abertura e encerramento;**
- **Não estão registrados na Junta Comercial**, o que viola a forma legal prevista no edital.

Portanto, os documentos apresentados não atendem ao disposto no item 11.3.2, sendo insuficientes para aferir a regularidade econômico-financeira da empresa.

2. DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 11.3.5.2, LETRA “b”

O edital prevê que:

“O licitante com resultado em quaisquer dos índices contábeis igual ou menor que 1,0 deverá comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais, apresentados na forma da lei.”

A concorrente **não apresentou comprovação de patrimônio líquido mínimo** exigido, tampouco documentação contábil registrada em conformidade com a lei.

3. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. A **revisão da habilitação** da empresa PC Planejados Cruzeiro Ltda;
2. A consequente **inabilitação da concorrente**, por descumprimento das exigências editalícias.

Termos em que,

Pede e espera deferimento,

Volta Redonda, 19 de setembro de 2025.

REAL VR COMERCIO E
FABRICACAO DE
MOVEIS
LTDA:0764424300010
1

Assinado de forma digital
por REAL VR COMERCIO E
FABRICACAO DE MOVEIS
LTDA:07644243000101
Dados: 2025.09.19
15:16:57 -03'00'

REAL VR COMERCIO & FABRICACAO DE MOVEIS LTDA

CNPJ: 07.644.243/0001-01

Altamar Silva de Oliveira

Representante Legal

RG 084513423 IFP/RJ

CPF 005.635.547-54

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO HOSPITAL SÃO JOÃO
BATISTA DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA – RJ**

**Processo Licitatório: VR-02.051-00008042/2025 SAH/HSJB
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90082/2025**

Recurso contra decisão de inabilitação

REAL VR COMERCIO & FABRICAÇÃO DE MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 07.644.243/0001-01, estabelecida na Rodovia dos Metalúrgicos nº112 - São Geraldo - Volta Redonda - Rio de Janeiro - CEP:27.253-003, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. Altemar Silva de Oliveira, portador da Carteira de Identidade nº 084513423 IFP/RJ e do CPF nº 005.635.547-54, vem, com fundamento no art. 165 da Lei 14.133/2021, apresentar o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que inabilitou a empresa, pelos motivos a seguir expostos:

1. DOS FATOS

A empresa foi inabilitada por não apresentar a **Certidão Negativa de Débitos de IPTU**, prevista no item 16.4.2 do edital.

Ocorre que a empresa **não possui inscrição como contribuinte de IPTU**, por estar localizada em **área de posse**, não havendo possibilidade de emissão da referida certidão.

Importante destacar que a empresa apresentou regularmente a **Certidão Negativa de Débitos de ISSQN**, comprovando sua plena regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal.

2. DO DIREITO

O **art. 67 da Lei 14.133/2021** determina que a comprovação de regularidade fiscal deve se restringir a documentos pertinentes e necessários.

A exigência de **Certidão de IPTU para empresa que não é contribuinte do imposto** é desarrazoada, desproporcional e viola os princípios da **isonomia** e da **ampla competitividade** (arts. 5º e 11 da Lei 14.133/2021).

Fundamentos da não exigência de documentos não pertinentes:

A administração pública não pode exigir documentos fiscais desvinculados da realidade do licitante, pois deve pautar-se pelo princípio da **razoabilidade** e **proporcionalidade**. A exigência deve ter pertinência com o objeto da licitação e a capacidade da empresa de executar o futuro contrato, sendo necessário que os documentos comprovem a regularidade fiscal e o cumprimento das obrigações de forma direta.

Princípio do Interesse Público: A exigência de documentos deve servir ao interesse público, que é assegurar a contratação de empresas capazes e idôneas, e não prejudicar a competitividade com requisitos irrelevantes.

Em resumo a administração deve focar a exigência de documentos fiscais na verificação da regularidade e capacidade do licitante para executar o contrato, evitando a imposição de requisitos que não guardem relação com a realidade do fornecedor ou com o objeto da licitação.

Quanto ao **princípio da economicidade**, que impõe a contratação do menor preço possível dentre os serviços cujas qualidades sejam adequadas ao atendimento da necessidade pública. Assim, esse princípio determina que, como regra, a Administração não deve pagar mais caro do que o mercado para contratar objeto de mesmo tipo, qualidade e quantidade. Portanto, fica demonstrado abaixo, claramente, o quanto de prejuízo trará aos cofres públicos, o que implicará em punição a quem deu a causa ao tamanho do prejuízo:

VALOR MÍNIMO REAL VR - <u>INABILITADA INDEVIDAMENTE</u>			
ITEM	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01	R\$ 450.000,00	R\$ 450.000,00
VALOR TOTAL			R\$ 450.000,00

VALOR MÍNIMO PC PLANEJADOS CRUZEIRO LTDA			
ITEM	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01	R\$ 509.250,00	R\$ 509.250,00
VALOR TOTAL			R\$ 509.250,00

PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS R\$ 59.250,00

3. DO PEDIDO

Diante do exposto, respeitando os **princípios da razoabilidade, proporcionalidade, do interesse público e da economicidade** requer-se:

1. O **provimento do presente recurso**, anulando-se a decisão que inabilitou a empresa **REAL VR COMERCIO & FABRICAÇÃO DE MOVEIS LTDA**;
2. O reconhecimento da suficiência da **Certidão Negativa de ISSQN apresentada**;
3. A consequente **habilitação da empresa no certame**.

Não sendo este o entendimento de V. Sa., requer sejam os autos remetidos à autoridade superior competente, para que, após análise dos mesmos, defira o presente pedido, dando seguimento ao processo licitatório, em conformidade com o § 2º, do art. 165, da Lei nº 14.133/21.

Termos em que,
Pede e espera deferimento,
Volta Redonda, 19 de setembro de 2025.

REAL VR COMERCIO E
FABRICACAO DE
MOVEIS
LTDA:07644243000101

Assinado de forma digital por
REAL VR COMERCIO E
FABRICACAO DE MOVEIS
LTDA:07644243000101
Dados: 2025.09.19 15:17:36
-03'00'

REAL VR COMERCIO & FABRICACAO DE MOVEIS LTDA

CNPJ: 07.644.243/0001-01
Altamar Silva de Oliveira
Representante Legal
RG 084513423 IFP/RJ
CPF 005.635.547-54